-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --**Questão 31**

No que diz respeito à administração pública, financeira e orçamentária e à responsabilidade fiscal, assinale a opção correta.

- A** O ciclo orçamentário é definido como um processo intermitente por meio do qual se processam as atividades típicas do orçamento público.
- B** As liberações para pagamento de pessoal civil dos órgãos da administração pública federal direta devem ser realizadas após prévia contabilização da folha de pagamento, mediante utilização única do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE).
- C** Os orçamentos fiscal e de investimento das estatais devem ser compatibilizados com o plano plurianual.
- D** O plano de contas da administração pública federal é representado por um conjunto de títulos com o propósito de realçar o estado patrimonial e suas variações, separando as contas típicas de controle dos grupos de compensação.
- E** O Poder Executivo deverá estabelecer a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso após quarenta e cinco dias da publicação da lei orçamentária anual (LOA).

Questão 32

Assinale a opção correta acerca de planejamento estratégico.

- A** O foco do planejamento estratégico é o objetivo, o que, por sua vez, pressupõe uma análise exaustiva do problema em suas várias dimensões.
- B** Por influenciar diretamente a capacidade de governo das organizações públicas, o planejamento estratégico reduz a governabilidade na execução de políticas.
- C** O planejamento tático envolve o detalhamento, no nível de operação, das ações e atividades necessárias para atingir os objetivos e metas fixadas pelos níveis hierarquicamente superiores.
- D** O planejamento é um processo composto de momentos — estratégico, tático e operacional — independentes entre si e que se repetem como um conjunto de fases que se sucedem cronologicamente.
- E** O plano estratégico é ferramenta fundamental para garantir à organização sua continuidade, fornecendo meios para que ela possa se adaptar às mudanças no ambiente externo.

Questão 33

Acerca das operações em Microsoft Word e Excel, assinale a opção correta.

- A** Edição simples de imagens e criação de arquivos de dados XML são atividades executadas pelo Word.
- B** O formato RTF, apesar de ser propriedade do aplicativo BOffice, é suportado pelo Word sem o uso de acentos e de codificação.
- C** Um documento elaborado no Word pode ser convertido em um arquivo no formato .pdf, o que permite que ele seja alterado.
- D** O tipo de arquivo gerado no Excel é uma planilha.
- E** O Excel é uma ferramenta utilizada para tornar significativa uma vasta quantidade de dados complexos, sendo ineficiente para cálculos simples.

Questão 34

O valor retirado de uma transação comercial em relação à taxa percentual do capital corresponde

- A** ao lucro.
- B** ao montante.
- C** à taxa percentual.
- D** ao desconto.
- E** aos juros.

Questão 35

Em relação à legislação fiscal e previdenciária, assinale a opção correta.

- A** Tríplice de custeio previdenciária se refere à forma como as contribuições são registradas com o propósito de sistematizar e uniformizar o registro contábil.
- B** O extinto Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) tinha como objetivo a execução dos programas de assistência médica.
- C** O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), autarquia federal, resultou da fusão do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS) e do Instituto de Administração Financeira da Previdência Social (IAPAS).
- D** A seguridade social compreende a assistência social, o trabalho e a saúde.
- E** O princípio da preexistência do custeio em relação ao benefício estabelece que nenhuma prestação de serviço de caráter assistencial ou benefício da previdência social pode ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.

Questão 36

O processo contínuo que envolve a identificação das exigências (éticas, administrativas e legais), a análise e mitigação dos riscos de não conformidade e a adoção das medidas preventivas e corretivas necessárias é conhecido por

- A** gestão de riscos.
- B** apetite de risco.
- C** estrutura de gestão de riscos.
- D** risco.
- E** *compliance*.

Questão 37

São funções da governança

- A** definir o direcionamento estratégico, supervisionar a gestão e envolver as partes interessadas.
- B** avaliar o desempenho, gerenciar conflitos e implementar ações e programas.
- C** gerenciar riscos estratégicos, gerenciar conflitos internos e implementar programas.
- D** revisar e reportar o progresso de ações, garantir a eficiência administrativa e manter a comunicação com as partes interessadas.
- E** promover a *accountability* e garantir a conformidade com as regulamentações.

Questão 38

No que se refere a governança e *accountability* na gestão pública, julgue os itens a seguir.

- I Integridade, competência, responsabilidade e motivação constituem condições mínimas para o exercício da boa governança.
- II Quanto maior for o grau de independência do funcionalismo, menor será o nível de governança.
- III A governança pública implica a capacidade administrativa e financeira, em sentido restrito, de um governo de implementar políticas públicas, definidas como a produção e a entrega de bens e serviços públicos.
- IV Mensurar o desempenho da administração com o intuito de verificar se ela está atendendo ao seu fim básico constitui um mecanismo de governança e *accountability*.

Estão certos apenas os itens

- A I e III.
- B I e IV.
- C II e IV.
- D I, II e III.
- E II, III e IV.

Questão 39

No contexto do orçamento público, a lei de diretrizes orçamentárias

- A compreende as metas e prioridades da administração pública federal, definindo os valores a serem investidos nas despesas de capital para o exercício financeiro subsequente.
- B estabelece as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, e orienta a elaboração da lei orçamentária anual.
- C compreende as metas e prioridades da administração pública federal, excluídas as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente.
- D estabelece as metas e prioridades da administração pública federal, sendo desvinculada das orientações para a elaboração da lei orçamentária anual.
- E limita-se a dispor sobre as alterações na legislação tributária e a estabelecer a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

Questão 40

De acordo com o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, a receita corrente líquida

- A é exclusivamente composta pelas receitas provenientes de impostos e taxas.
- B exclui as transferências constitucionais e legais realizadas entre os entes federativos.
- C é calculada apenas com base nas receitas correntes e de capital.
- D é utilizada para o cálculo dos limites de despesas com pessoal dos entes federativos.
- E é um indicador irrelevante para o controle do endividamento dos entes federativos.

Questão 41

De acordo com o disposto na Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei n.º 14.133/2021), o pregão

- A deve ser aplicado a contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual e de obras e serviços de engenharia.
- B requer registro cadastral prévio e fase de habilitação, além de exigir a homologação após a conclusão da fase de lances e o pagamento pelo licitante vencedor.
- C pode ser adotado sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.
- D pode ser realizado somente por meio de leiloeiro oficial, selecionado mediante credenciamento ou licitação nessa modalidade de licitação.
- E segue o rito procedimental específico do diálogo competitivo, tendo sido eliminado, na atual legislação, o rito procedimental comum anteriormente estabelecido por lei para essa modalidade de licitação.

Questão 42

Assinale a opção correta com base na Lei n.º 14.133/2021, no que se refere à inexigibilidade de licitação.

- A É inexigível a licitação para a contratação de profissionais ou empresas de notória especialização para a realização de serviços técnicos especializados de qualquer natureza.
- B A inexigibilidade de licitação é aplicável à aquisição ou locação de imóveis, desde que não sejam disponibilizados imóveis públicos vagos que atendam ao objeto.
- C É inexigível a licitação para a contratação de materiais, equipamentos ou serviços fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos, devendo a administração demonstrar a inviabilidade de competição mediante atestado de exclusividade ou outro documento idôneo.
- D É inexigível a licitação para a contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- E A inexigibilidade de licitação é autorizada para a contratação de serviços técnicos especializados de natureza intelectual, desde que os profissionais ou empresas a serem contratados justifiquem previamente, em documento autenticado, a inviabilidade de competição.

Questão 43

Constitui competência do Tribunal de Contas da União, no que se refere ao controle externo, a

- A emissão de parecer prévio a respeito das contas dos administradores da administração direta e indireta.
- B fiscalização exclusiva da aplicação de recursos repassados pela União aos municípios.
- C realização de inspeções e auditorias apenas nas unidades administrativas do Poder Executivo.
- D assinatura de prazo para que o órgão ou a entidade pública ou privada adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei.
- E apresentação de parecer prévio relativo às contas prestadas anualmente pelo presidente da República.

Questão 44

Entre as finalidades do sistema de controle interno do Poder Executivo federal inclui-se a de

- A** avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.
- B** fiscalizar a atuação dos órgãos de controle interno dos três Poderes da União.
- C** exercer o controle das operações bancárias, avais e garantias da União e dos estados federados.
- D** avaliar, quanto à economicidade da gestão orçamentária, os resultados financeiros e patrimoniais nos órgãos e nas entidades dos três Poderes da União.
- E** apoiar e exercer as competências do controle externo nas omissões do exercício de sua missão institucional.

Questão 45

Com base no que dispõe a Lei n.º 14.133/2021, assinale a opção correta.

- A** É obrigatória a realização de licitação para a contratação de obras e serviços de engenharia, sem exceção.
- B** A modalidade de licitação denominada concorrência é destinada à contratação de bens e serviços comuns, independentemente de seu valor.
- C** A habilitação dos licitantes deve ocorrer sempre em momento anterior à etapa de julgamento das propostas dos licitantes.
- D** Poderá ocorrer contratação direta quando for inviável a competição, bem como quando não houver interessados, desde que atendidos os requisitos legais.
- E** É vedada a criação de outras modalidades de licitação além das previstas em lei, admitindo-se, em casos excepcionais, a combinação das modalidades concorrência e concurso.

Questão 46

No que se refere à publicidade dos instrumentos de repasse celebrados pelos órgãos e pelas entidades da administração pública federal que envolvam a transferência de recursos financeiros oriundos dos orçamentos fiscal e da seguridade social da União, julgue os itens a seguir.

- I A eficácia dos referidos instrumentos fica condicionada à publicação de extrato no diário oficial da União, a qual deverá ser feita no prazo de até quinze dias, a contar de sua assinatura.
- II O concedente notificará, facultada a comunicação por meio eletrônico, no prazo de até dez dias, a celebração do instrumento à assembleia legislativa ou à câmara legislativa ou à câmara municipal do convenente, conforme o caso.
- III No caso de liberação de recursos, o prazo para a notificação, facultada a comunicação por meio eletrônico, será de dez dias úteis.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item II está certo.
- C** Apenas os itens I e III estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

Questão 47

Assinale a opção correta a respeito da composição do patrimônio público.

- A** O ativo permanente é aquele cuja mobilização ou alienação é vedada em qualquer situação.
- B** O resultado patrimonial consiste na diferença entre as receitas orçamentárias e as despesas orçamentárias do período, podendo ser superavitário ou deficitário.
- C** Passivos serão considerados não circulantes quando corresponderem a valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis.
- D** O recebimento de subvenções não constitui variação patrimonial aumentativa, uma vez que não altera o resultado patrimonial líquido.
- E** É possível o lançamento de uma variação patrimonial aumentativa antes mesmo da ocorrência da receita orçamentária.

Questão 48

Quando os elementos do ativo imobilizado tiverem vida útil econômica limitada, eles devem sofrer processo de redução do seu valor para evidenciar a perda de potencial para a geração de serviços ocasionada pela deterioração física, desgaste ou obsolescência. Esse processo de adequação do valor é denominado

- A** exaustão.
- B** depreciação.
- C** conciliação.
- D** amortização.
- E** capitalização.

Questão 49

Uma provisão deverá ser conhecida quando cumulativamente

- I exista uma obrigação presente, formalizada ou não, resultante de eventos passados;
- II exista expressa determinação legal;
- III seja provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou potencial de serviços para a extinção da obrigação;
- IV seja possível fazer uma estimativa confiável do valor da obrigação;
- V existam recursos em caixa para sua quitação futura.

Estão certos apenas os itens

- A** I, II e V.
- B** I, III e IV.
- C** I, III e V.
- D** II, III e IV.
- E** II, IV e V.

Questão 50

O superávit financeiro do exercício anterior é fonte de recursos para abertura de créditos suplementares e especiais, devendo-se conjugar, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas, de acordo com a Lei n.º 4.320/1964. Nesse contexto, o possível superávit é apurado no quadro de superávit/déficit financeiro integrante da estrutura

- A** da demonstração de fluxo de caixa.
- B** do balanço orçamentário.
- C** do balanço financeiro.
- D** do balanço patrimonial.
- E** da demonstração das variações patrimoniais.

Questão 51

Em certo ano, determinado ente público apresentou o seguinte cenário.

- Crédito suplementar aberto, em 31 de setembro, no valor de R\$ 1.000.000, com saldo não executado, em 31 de dezembro, no valor de R\$ 400.000.
- Crédito especial aberto, em 10 de outubro, no valor de R\$ 2.000.000, com saldo não executado, em 31 de dezembro, no valor de R\$ 1.400.000.
- Crédito extraordinário aberto, em 1.º de julho, no valor de R\$ 1.500.000, com saldo não executado, em 31 de dezembro, no valor de R\$ 500.000.

Com base nessas informações, infere-se que o valor total dos créditos adicionais que poderão ser reabertos no exercício do próximo ano e incorporados ao orçamento desse próximo ano é de

- Ⓐ R\$ 1.400.000.
- Ⓑ R\$ 1.900.000.
- Ⓒ R\$ 1.800.000.
- Ⓓ R\$ 900.000.
- Ⓔ R\$ 500.000.

Questão 52

Segundo o MCASP 9.ª edição, o que qualifica uma receita como transferência de capital e não como transferência corrente é a

- Ⓐ destinação do uso dos recursos, sendo transferências de capital aquelas destinadas a investimentos ou inversões financeiras.
- Ⓑ origem dos recursos transferidos, sendo transferências de capital aquelas que no ente transferidor entraram como receitas de capital.
- Ⓒ previsão normativa da transferência, sendo de capital aquelas definidas na Constituição Federal ou em lei, mas não as pactuadas via convênios, por exemplo.
- Ⓓ posição do ente transferidor, sendo transferências de capital as transferências intragovernamentais, mas não as intergovernamentais.
- Ⓔ natureza do transferidor, sendo transferências de capital aquelas recebidas de pessoas jurídicas de direito público e não de pessoas jurídicas de direito privado.

Questão 53

Conforme regras definidas para o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, contidas no MCASP 9.ª edição, o registro contábil deve ser feito pelo método das partidas dobradas, e os lançamentos devem debitar e creditar contas que apresentem a mesma natureza de informação. Com base nesse contexto, é correto afirmar que

- Ⓐ lançamentos de natureza de controle apenas debitam e creditam contas das classes 5, 6, 7 e 8.
- Ⓑ lançamentos de natureza patrimonial apenas debitam e creditam contas das classes 1 e 2.
- Ⓒ lançamentos de natureza orçamentária apenas debitam e creditam contas das classes 7 e 8.
- Ⓓ lançamentos de natureza patrimonial apenas debitam e creditam contas das classes 1, 2, 3 e 4.
- Ⓔ lançamentos de natureza orçamentária apenas debitam e creditam contas das classes 3, 4, 5 e 6.

Questão 54

De acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), a moeda funcional é

- Ⓐ diferente da moeda estrangeira usada por uma entidade.
- Ⓑ a moeda do ambiente econômico principal no qual a entidade opera.
- Ⓒ diferente da moeda estrangeira para fins societários.
- Ⓓ a moeda na qual as demonstrações contábeis são apresentadas.
- Ⓔ a moeda mais usada para fins de tomada de decisões gerenciais.

Questão 55

Segundo a estrutura conceitual da contabilidade, apresentada pelo CPC, um ativo deve

- Ⓐ pertencer à entidade, ter capacidade de gerar lucros fixos e presentes e ser resultado de eventos passados.
- Ⓑ ser de uso da entidade, ter capacidade de geração de benefícios futuros e ser resultado de eventos passados.
- Ⓒ ser de propriedade da entidade, ter capacidade de geração de benefícios econômicos futuros e ser resultado de eventos passados.
- Ⓓ ser gerido pela entidade, ter capacidade de geração de lucros reais e presentes e ser resultado de eventos passados.
- Ⓔ ser controlado pela entidade, ter capacidade de geração de benefícios econômicos futuros e ser resultado de eventos passados.

Questão 56

Julgue os itens a seguir, em relação aos ativos não circulantes mantidos para venda.

- I Para classificar um ativo não circulante como mantido para venda, é preciso que a recuperação esperada do seu valor contábil ocorra, principalmente, por meio do uso contínuo.
- II Os ativos de uma classe que a entidade normalmente consideraria como não circulante e que sejam adquiridos para revenda não devem ser classificados como circulantes, a não ser que satisfaçam aos critérios de classificação como mantidos para venda, de acordo com o CPC 31.
- III Os ativos que satisfazem aos critérios de classificação como disponíveis para venda devem ser mensurados pelo maior valor entre a quantia escriturada (valor contábil) e o valor justo menos os custos de venda.
- IV As condições para que um ativo seja classificado como disponível para venda são: que ele esteja disponível para venda imediata na sua condição presente; e que ele esteja sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para vendas de tais ativos.

Estão certos apenas os itens

- Ⓐ I e II.
- Ⓑ I e III.
- Ⓒ II e IV.
- Ⓓ I, III e IV.
- Ⓔ II, III e IV.

Questão 57

A respeito das condições necessárias para que a venda de um ativo não circulante seja altamente provável, julgue os itens a seguir.

- I O nível superior da administração deve estar empenhado em um plano para vender o ativo (ou grupo para alienação).
- II Um programa ativo para localizar um comprador e concluir o plano deve ter sido iniciado.
- III A venda deve-se qualificar para reconhecimento como venda concluída em prazo razoável estimado pela administração.
- IV Ações necessárias para a conclusão do plano devem indicar a possibilidade de alterações significativas no plano de venda ou a possibilidade de o plano ser abandonado.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas os itens I e IV estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Apenas os itens III e IV estão certos.

Questão 58

No que se refere ao ativo não circulante, é correto afirmar que, caso haja a mudança da intenção de venda do ativo classificado anteriormente como mantido para venda, a empresa deve

- A reconhecer o ativo no imobilizado pelo maior valor entre o seu valor justo e o valor escriturado antes de ser classificado como disponível para venda.
- B ajustar o ativo pela depreciação ou amortização que teria sido reconhecida se o grupo não estivesse classificado para a venda.
- C reconhecer, no resultado do período em que foi tomada a decisão de vender o ativo, a perda gerada pelo ativo enquanto mantido para venda.
- D manter no ativo circulante a perda gerada pelo ativo enquanto mantido para venda, pelo valor de venda do ativo.
- E manter o ativo no circulante, mesmo que se altere a intenção de vender o ativo, com vistas a assegurar o pressuposto da persistência das políticas contábeis.

Questão 59

Com base no disposto no CPC 26 e na Lei n.º 6.404/1976, julgue os itens seguintes, relativos à demonstração do resultado do exercício (DRE) e à demonstração do resultado abrangente (DRA).

- I A DRE deve discriminar, entre outras, as participações de debêntures, empregados, administradores e partes beneficiárias, mesmo na forma de instrumentos financeiros, e de fundos de previdência de empregados, que não se caracterizem como despesa.
- II A entidade deve apresentar na DRA as rubricas ou os itens de receitas ou despesas como itens extraordinários, os quais também devem ser incluídos nas notas explicativas e conciliados com o resultado líquido apresentado na DRE.
- III A entidade deve divulgar o montante do efeito tributário relativo a cada componente dos outros resultados abrangentes, incluindo os ajustes de reclassificação na DRA ou nas notas explicativas.
- IV As despesas devem ser subclassificadas como forma de destaque dos componentes do desempenho que possam diferir em termos de frequência, potencial de ganho ou de perda e previsibilidade.

Estão certos apenas os itens

- A I e III.
- B I e IV.
- C II e IV.
- D I, II e III.
- E II, III e IV.

Questão 60

No que concerne ao conjunto de demonstrações contábeis obrigatórias, julgue os itens a seguir.

- I As demonstrações contábeis, por terem o objetivo de fornecer informações úteis para a tomada de decisão econômica pelos agentes econômicos, devem conter informações relevantes, completas, neutras e livres de erros.
- II As notas explicativas, por serem complementares, são dispensáveis para microempresas e microempreendedores individuais.
- III É dispensável a publicação, em relatório próprio, da demonstração dos resultados abrangentes quando ela é apresentada dentro da demonstração de mutações do patrimônio líquido.

Assinale a opção correta.

- A Nenhum item está certo.
- B Apenas o item I está certo.
- C Apenas o item II está certo.
- D Apenas o item III está certo.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 61

Assinale a opção em que é corretamente indicada a prerrogativa da administração pública caracterizada predominantemente por atos normativos ou concretos da administração, com fulcro na supremacia geral do interesse público, a fim de condicionar a liberdade e a propriedade individual por meio de ações fiscalizadoras, preventivas e repressivas, na forma da lei.

- A poder hierárquico
- B poder normativo
- C poder disciplinar
- D poder regulamentar
- E poder de polícia

Questão 62

Com base no regramento constitucional acerca da responsabilidade civil do Estado, assinale a opção correta.

- A As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
- B As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável, independentemente de dolo ou culpa.
- C As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável, independentemente de dolo ou culpa.
- D As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
- E As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, vedado o direito de regresso contra o responsável, independentemente de dolo ou culpa.

Questão 63

No que diz respeito à organização administrativa e à administração direta e indireta, julgue os itens a seguir.

- I Somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação pública.
- II Os órgãos públicos não têm personalidade jurídica própria e podem integrar tanto a estrutura da administração direta quanto a da administração indireta.
- III Ocorre desconcentração quando o Estado desempenha algumas de suas atribuições por intermédio de outras pessoas, e não por sua administração direta.
- IV A distribuição de competências entre os órgãos internos, dentro de uma mesma pessoa jurídica, é denominada descentralização.

Assinale a opção correta.

- A Apenas os itens I e II estão certos.
- B Apenas os itens I e III estão certos.
- C Apenas os itens III e IV estão certos.
- D Apenas os itens II, III e IV estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 64

Considere-se que Lisa, servidora do Ministério Público estadual, ocupante do cargo efetivo de analista em auditoria, tenha sido eleita prefeita de determinado município. Nessa situação hipotética, segundo as disposições constitucionais aplicáveis ao servidor público ocupante de mandato eletivo, Lisa

- A não será afastada de seu cargo efetivo.
- B não poderá permanecer filiada ao regime próprio de previdência social.
- C será afastada do seu cargo efetivo e terá a faculdade de optar pela remuneração de um ou outro.
- D perceberá as vantagens de seu cargo efetivo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, desde que haja compatibilidade de horários.
- E será afastada do seu cargo efetivo e não terá o tempo de serviço no cargo eletivo contado para quaisquer efeitos legais.

Questão 65

De acordo com a doutrina majoritária, são elementos ou requisitos dos atos administrativos:

- A objeto, motivo, forma, finalidade e competência.
- B presunção de legalidade, autoexecutoriedade, tipicidade e imperatividade.
- C competência, tipicidade, forma e presunção de legalidade.
- D imperatividade, finalidade, autoexecutoriedade, forma e objeto.
- E presunção de legalidade, tipicidade, autoexecutoriedade, finalidade e imperatividade.

Questão 66

No que diz respeito a direitos políticos e partidos políticos, assinale a opção correta.

- A A capacidade eleitoral passiva consiste na possibilidade de as pessoas votarem nos candidatos de sua escolha.
- B O referendo é uma espécie de consulta popular anterior à tomada de certas decisões relevantes pelo poder público.
- C Por receberem verbas públicas e serem de extrema importância para o regime democrático, os partidos políticos são considerados entes públicos com regime jurídico especial.
- D A Constituição Federal de 1988 (CF) não permite a perda de direitos políticos, senão apenas a sua suspensão.
- E Alistamento eleitoral, domicílio eleitoral na circunscrição onde o indivíduo pretenda candidatar-se e filiação partidária são algumas das condições de elegibilidade.

Questão 67

Acerca do processo legislativo, assinale a opção correta.

- A Processo legislativo é o conjunto das regras que disciplinam a produção de todas as normas do poder público, desde emendas constitucionais até normas menores, como decretos e portarias.
- B Decretos legislativos são atos normativos produzidos individualmente pelo presidente da República, sem necessidade de tramitar pelo Congresso Nacional.
- C Apenas membros do Congresso Nacional detêm iniciativa legislativa.
- D Na hipótese de a casa revisora de um projeto de lei aprová-lo com emendas, ele deverá retornar à casa iniciadora, para nova votação.
- E A casa iniciadora do processo legislativo é sempre a Câmara dos Deputados.

Questão 68

Em relação ao Ministério Público (MP), assinale a opção correta.

- A O procurador-geral da República, chefe do Ministério Público da União (MPU), pode ser reconduzido por número indeterminado de vezes.
- B Membros do MP somente podem concorrer a cargo eletivo se cumprirem prazo alargado de desincompatibilização, previsto em lei complementar.
- C Devido à necessidade de dedicação exclusiva à carreira do Ministério Público, seus membros não podem exercer nenhuma outra função pública.
- D O MP que atua no Tribunal de Contas da União integra o Ministério Público da União (MPU).
- E Em virtude da garantia de independência funcional, apenas os procuradores-gerais de justiça dos MPs estaduais podem definir regras de atuação processual de observância obrigatória pelos membros da instituição.

Questão 69

Quanto aos impostos da União, dos estados e dos municípios e à repartição de receitas tributárias, assinale a opção correta.

- A** O imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e serviços (ICMS) é de competência municipal.
- B** Impostos são uma espécie de tributo ligada ao desenvolvimento de uma atividade específica pelo poder público.
- C** Os estados da Federação não podem criar impostos além daqueles especificados na CF.
- D** São de competência dos estados o imposto sobre importação de produtos estrangeiros e o imposto sobre exportação de produtos nacionais ou nacionalizados.
- E** O mecanismo da repartição das receitas tributárias garante que a integralidade da receita obtida com os impostos federais permaneça com a União.

Questão 70

Com base na Constituição do Estado de Rondônia, julgue os itens seguintes.

- I Devido à separação dos Poderes, é vedada terminantemente a delegação de atribuições entre eles.
- II É proibido ao poder público estadual interromper obras iniciadas em gestões precedentes.
- III Se o diretor de empresa fornecedora do estado for aprovado em concurso público para cargo na administração pública do estado, ele deverá, em regra, deixar a função de diretoria na empresa antes de tomar posse no cargo público, caso contrário estará sujeito à demissão do referido cargo público.
- IV Os membros do Ministério Público do Estado de Rondônia detêm a garantia de inamovibilidade, o que implica a impossibilidade de serem afastados compulsoriamente de sua lotação, em qualquer circunstância.

Estão certos apenas os itens

- A** I e II.
- B** I e IV.
- C** II e III.
- D** I, III e IV.
- E** II, III e IV.

Espaço livre